



**Universidade de Brasília**  
**Curso de Gestão de Políticas Públicas**

**LARA MOYSELLE MOREIRA MARQUES**

**PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA  
EDUCACIONAL SEGUNDO TEMPO**

Brasília-DF

2013

**LARA MOYSELLE MOREIRA MARQUES**

**PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA  
EDUCACIONAL SEGUNDO TEMPO**

Relatório de análise de políticas públicas a ser apresentado como trabalho final da disciplina de “Residência em Políticas Públicas”.

Professor Orientador: Mathieu Turgeon

Brasília-DF

2013

## RESUMO

O relatório final é fruto de uma pesquisa que teve como objetivo analisar o Programa Orçamentário Vivência e Iniciação Esportiva Educacional Segundo Tempo. A meta do Programa é democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. A metodologia utilizada no período de imersão foi a análise procedimental, baseada na documentação disponibilizada pelo Ministério do Esporte (mais precisamente pelo Departamento de Desenvolvimento de Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão - DEDAP), pelas entrevistas realizadas com os funcionários do mesmo e pela observação da estrutura e monitoramento do Programa. Ao final do relatório, são dadas sugestões que poderão ser de grande valia aos gestores dessa Política Pública: exigir que os monitores tenham formação superior em Educação Física (ou algo semelhante); aumento salarial dos monitores; realizar visitas in loco com maior frequência.

***PALAVRAS-CHAVE:*** Ministério do Esporte; Política Pública; Programa Segundo Tempo; Vulnerabilidade Social.

## SUMÁRIO

<b>1 - Introdução.....</b>	<b>05</b>
<b>2 - Referencial Teórico .....</b>	<b>11</b>
<b>3 - Procedimento Metodológicos .....</b>	<b>16</b>
<b>4 - Diagnóstico da Política Pública .....</b>	<b>18</b>
<b>4.1 – PST Padrão .....</b>	<b>19</b>
<b>4.2 – Esporte na Escola .....</b>	<b>21</b>
<b>4.3 – Impacto Social Esperado .....</b>	<b>23</b>
<b>4.4 – Sociedade .....</b>	<b>24</b>
<b>4.5 – Resultado das Entrevistas .....</b>	<b>24</b>
<b>4.6 – Deficiências do Programa .....</b>	<b>25</b>
<b>4.7 – Possíveis Soluções .....</b>	<b>27</b>
<b>5 - Considerações Finais .....</b>	<b>29</b>
<b>Referências .....</b>	<b>32</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>34</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

O esporte e o lazer, conforme preconizam os artigos 6º e 217 da Constituição Federal, são direitos de cada cidadão, e é dever do Estado garantir o seu acesso à sociedade. O acesso contribui para a reversão do quadro de vulnerabilidade social, atuando como instrumentos de formação integral dos indivíduos e, conseqüentemente, possibilitando o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a promoção da saúde e o aprimoramento da consciência crítica e da cidadania.

De acordo com o disposto no documento da Política Nacional do Esporte (PNE),

O Ministério do Esporte estabelece vínculos com um universo composto de crianças, jovens, adolescentes, adultos, idosos, com pessoas com deficiências ou com necessidades educativas especiais, com o sistema esportivo nacional e com o sistema educacional brasileiro que articula a educação básica e superior. A importância desse universo, considerando-se sua complexidade, amplitude e heterogeneidade, demanda do Ministério uma responsabilidade social, que deve se concretizar em ações balizadas, rigorosamente, por princípios humanísticos fundamentais, inequivocamente democráticos (BRASIL, 2005).

Nesse contexto, o esporte deve ser entendido como uma política de Estado com vista ao desenvolvimento da Nação, ao fortalecimento da identidade cultural e da cidadania.

Para o alcance dos objetivos impostos pela PNE, o Ministério do Esporte conta, em sua estrutura, com Secretarias finalísticas – entre estas a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), à qual cabe a responsabilidade das políticas voltadas ao esporte educacional brasileiro. A SNEED atua no desenvolvimento e no estabelecimento de políticas públicas de esporte educacional efetivas, desenvolvidas de forma abrangente e continuada, para que seus resultados possam ser avaliados e mensurados quanto à qualidade, eficácia e efetividade de seus objetivos.

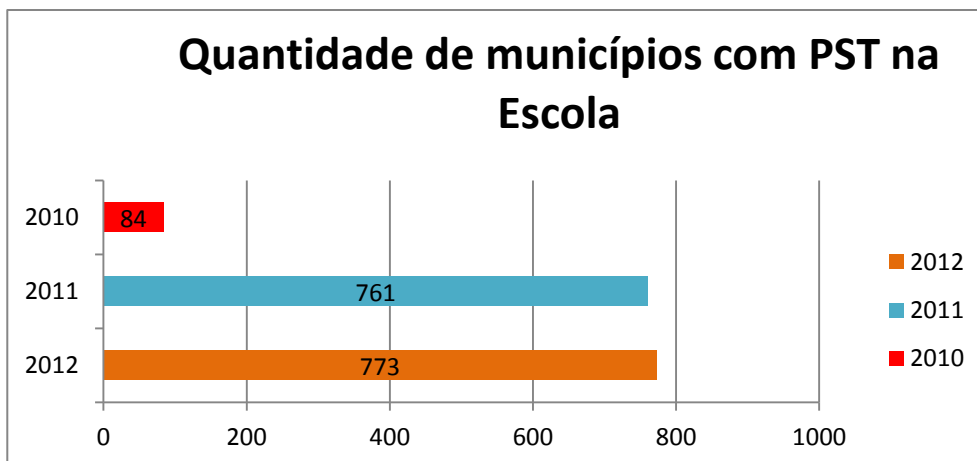
Tal assertiva toma forma concreta a partir da execução do Programa Orçamentário Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – O Programa Segundo Tempo (PST), que teve início em novembro de 2003, de acordo com a portaria número 3.497 publicada no Diário Oficial da União. Ele integra a política pública Esporte na Escola e, sua implementação é realizada por instituições públicas em parceria com entidades de iniciativa privada.

O Programa tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Tendo em vista que o esporte e o lazer são direitos de todos os cidadãos e são deveres do Estado. Portanto, seu público-alvo são crianças, adolescentes e jovens do ensino público brasileiro que estão expostos aos riscos sociais. O programa é adotado no período de contra turno escolar, como fator de contribuição para o desenvolvimento da escola em tempo integral.

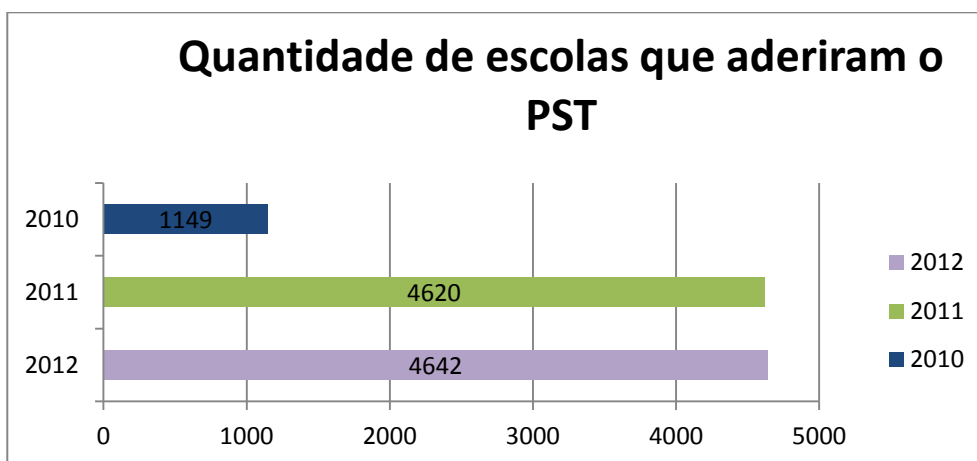
De acordo com o *Manual de Orientações Esporte na Escola 2013*, nos últimos anos o PST teve um crescimento exponencial, possibilitando o atendimento anual de mais de 1,2 milhão de beneficiados. No entanto, a meta do Programa é atender um número maior de crianças e jovens em idade escolar, visto que, atualmente, o Brasil possui cerca de 44 milhões de alunos matriculados nas Escolas públicas da educação básica (Federal, Municipal e Estadual), segundo demonstra o Censo da Educação Básica 2010, apresentado no Anuário Brasileiro de Educação Básica – 2012.

Nesse contexto, em 2009, entendendo que o caminho para a democratização do esporte é a Escola, o Ministério do Esporte (ME) e o Ministério da Educação (MEC) integraram suas políticas e estabeleceram as condições mínimas para viabilizar a oferta do Programa Esporte na Escola. Ou seja, o PST foi inserido nas Escolas participantes do Programa Mais Educação (PME), onde o mesmo, de acordo com a Portaria Interministerial nº 17/2007, consiste na ampliação da jornada escolar.

Em 2011 e 2012, essa integração foi denominada como PST na Escola. Já no ano de 2013 o Programa passou a ser chamado de **Esporte na Escola**. O resultado dessa parceria foi a ampliação de atendimento às escolas, municípios e alunado nos anos de 2010, 2011 e 2012. VER TABELAS A SEGUIR.

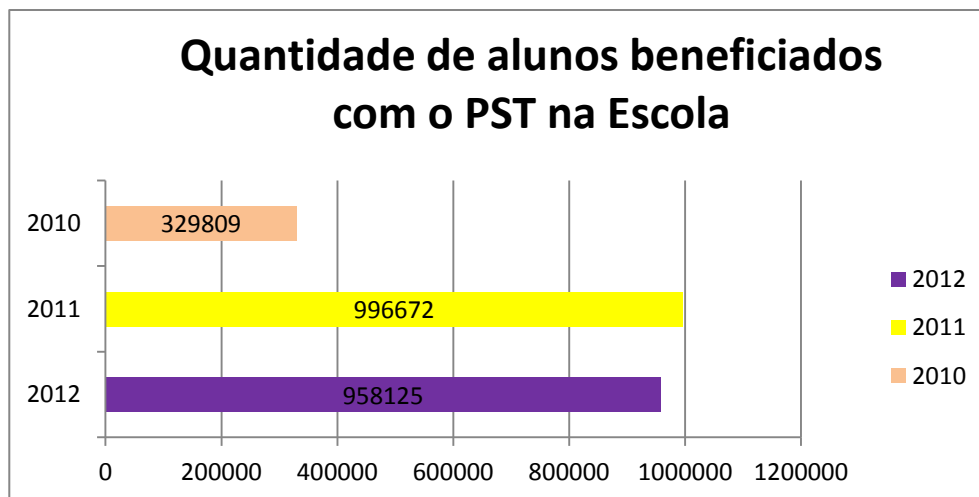


Fonte: Manual de Orientações Esporte na Escola, 2013.



Fonte: Manual de Orientações Esporte na Escola, 2013.

Em 2013 a meta é atender 32 mil escolas da Educação Básica, ampliando a oferta do Esporte Educacional e contribuindo para que a política seja cada vez mais democratizada. Todavia, poderão aderir ao Esporte na Escola, apenas as escolas que participaram do Mais Educação em 2012.



Fonte: Manual de Orientações Esporte na Escola, 2013.

No processo de imersão, realizado no Ministério do Esporte, foi realizada a análise procedimental, baseada nos documentos (informativos, manuais, DVD, e livros) disponibilizados pelos funcionários do Departamento de Desenvolvimento de Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão (DEDAP).

De acordo com o conteúdo disponibilizado no site do Ministério do esporte, ao DEDAP compete:

- subsidiar a formulação e implementação dos programas, projetos e ações destinados ao desenvolvimento do esporte educacional, de lazer e inclusão social;
- promover estudos e análises sobre os programas, projetos e ações governamentais, visando à integração das políticas intersectoriais de esporte com as de educação, de saúde, de segurança pública e de ação social;
- propor instrumentos de articulação das políticas, programas, e projetos esportivos e de lazer com as políticas e programas educacionais;
- promover eventos e estruturar processo de formação e capacitação de recursos humanos destinados aos programas esportivos-sociais e de lazer;
- efetuar o acompanhamento pedagógico, o controle e a fiscalização dos programas, projetos e ações referentes à sua área de atuação, para orientação dos processos educacionais implantados;

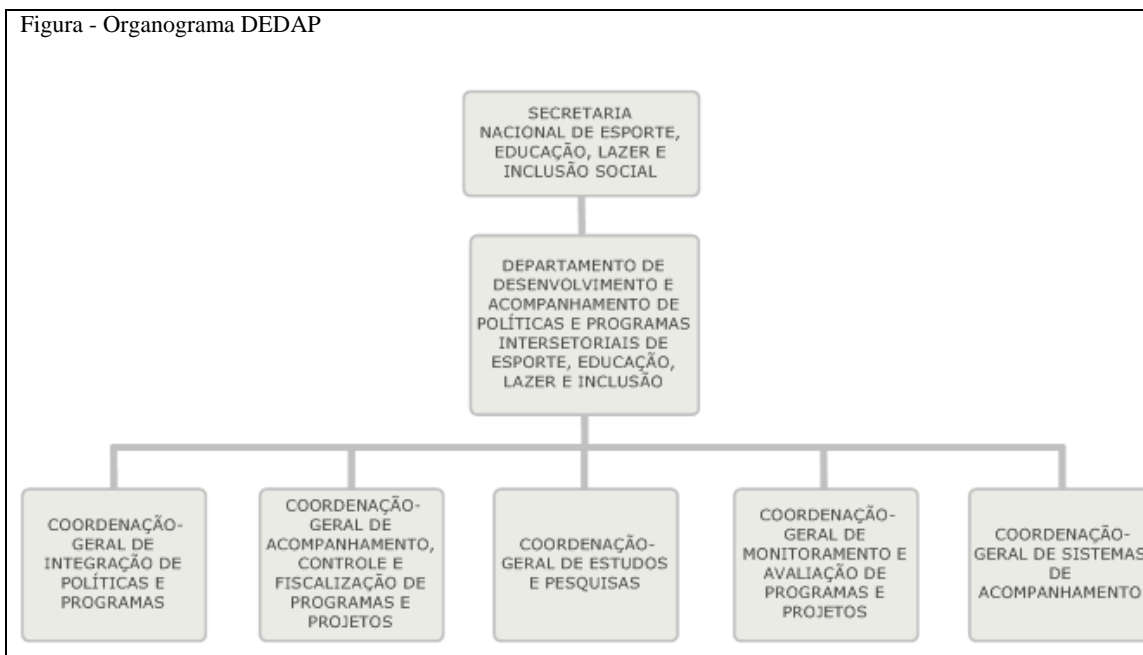


- monitorar e avaliar os programas, projetos e ações, construindo indicadores e instrumentos de registro para o aperfeiçoamento administrativo, pedagógico e de fiscalização;

- realizar estudos e pesquisas para orientar as práticas esportivas e paraesportivas que favoreçam o desenvolvimento dos programas sociais de esporte e lazer e a promoção da qualidade de vida da população, fomentando a produção do conhecimento na área;

- estabelecer parcerias com instituições de ensino e de pesquisa para criar e implementar novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer como instrumento de educação, saúde e inclusão social

Figura - Organograma DEDAP



Fonte: Site do Ministério do Esporte

O processo de imersão, além de possibilitar um maior entendimento da estrutura organizacional do Ministério do Esporte e a função de cada departamento envolvido no Programa, teve como meta responder à pergunta norteadora: “*Em que medida o programa Segundo Tempo tem contribuído para a promoção da inclusão social de crianças e adolescentes?*”.

O interesse pela análise dessa Política Pública, o Programa Segundo Tempo, pode ser explicado pelo fato de o esporte ser considerado um meio eficiente na promoção da inclusão social de crianças e adolescentes. Algo muito citado no livro

*Fundamentos Pedagógicos do PST* é que a prática esportiva é capaz de melhorar o bem estar, a saúde e o desempenho educacional de um indivíduo, além de contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania), ou seja, a prática se torna responsável pelo desenvolvimento de valores sociais e pela melhoria da qualidade de vida do indivíduo.

A imersão tinha dois objetivos. O geral consistia em analisar se o Programa Segundo Tempo tem contribuído para a promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Já o objetivo específico incidia em analisar os procedimentos adotados, tendo como referência processos e documentações do programa. Dessa forma, seria possível observar se ele conseguiu a interação almejada, proporcionando um desenvolvimento de valores sociais, de habilidades motoras e capacidades físicas, da qualidade de vida e, conseqüentemente, a redução da exposição aos riscos sociais.

O relatório procurará avaliar se o Programa Segundo Tempo é exitoso no quesito inclusão social de crianças e adolescentes. Ainda serão apresentados: a revisão teórica acerca do Programa; os procedimentos metodológicos utilizados no processo de imersão; um diagnóstico da política pública; e uma discussão a respeito dos pontos que devem ser modificados na Política Pública.

## 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

O esporte aparece como um vetor significativo na prevenção de doenças e na manutenção da saúde. Esta é uma condição essencial para se viver bem e com dignidade, ou seja, a saúde poder ser considerada um direito fundamental, visto que é um Direito à vida. Portanto, o direito à prática esportiva passa a ser um direito fundamental. De acordo com Luiz Alberto David Araujo:

“Os direitos fundamentais podem ser conceituados como a categoria jurídica instituída com a finalidade de proteger a dignidade humana em todas as dimensões. Por isso, tal qual o ser humano, tem natureza polifacética, buscando resguardar o homem na sua liberdade (direitos individuais), nas suas necessidades (direitos sociais, econômicos e culturais) e na sua preservação (direitos relacionados à fraternidade e à solidariedade).” (1999, p. 71-2).

Neste sentido, o Estado não pode enxergar o esporte como um simples instrumento programático, mas, obrigatoriamente, tem o dever de fomentar o desporto. Ou seja, a partir do momento que o direito à prática esportiva é visto como um direito fundamental, o Estado é obrigado a implementar, estimular e manter tais práticas, visando à promoção da saúde e, conseqüentemente uma inquestionável melhoria nas condições de vida de todos os que vivem no País.

O esporte conquistou um notável espaço na agenda política por conta de seus benefícios. Ilustrando esse fato, podemos citar a criação de Programas como o *Pintando a Liberdade*, o *Pintando a Cidadania*, o *Esporte e Lazer na Cidade*, o *Recreio nas Férias* e o *Programa Segundo Tempo*. Nesse sentido, é de suma importância entender *o que é uma Política Pública e por que são criadas*. Nos parágrafos a seguir, teremos uma breve explicação sobre o tema em questão.

O estudo e o interesse pelo campo *políticas públicas* teve início, nos EUA, nos anos 1950. Assuntos como instituições, regras e modelos que formam sua estrutura passaram a ter relevância. Na Europa, essa preocupação com o planejamento só apareceu na década de 1970. Porém, no Brasil, os estudos começaram recentemente.

Uma Política Pública procura “colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (...) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”.

(SOUSA, 2006) Em geral, é um campo de conhecimento multidisciplinar, abrangendo teorias da sociologia, da ciência política, da psicologia e da economia. Ou seja, uma política pública deve ser capaz de explicar a relação existente entre Estado, política, economia e sociedade.

Os estudos sobre Políticas Públicas se consolidaram pelo pressuposto que a ação do governo poderia e deveria ser formulada cientificamente e analisada por pesquisadores antes de ser colocada em prática. Os estudiosos que se destacaram nesse campo do conhecimento foram H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

A análise de políticas públicas (*policy analysis*) foi introduzida por Laswell (1936) na década de 30. Essa análise procurava conciliar cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Pode-se observar uma semelhança entre a análise de Laswell e a de Celina Souza. Esta afirma que quatro elementos devem integrar uma política pública: “a própria política pública, a política (politics), a sociedade política (polity) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas”. (SOUZA, 2006)

Já Simon (1957 apud SOUSA, 2006) afirmava que a racionalidade dos decisores públicos (*policy makers*) era limitada por conta de problemas como informação incompleta, auto-interesse dos decisores etc. Porém, a racionalidade poderia ser minimizada se os decisores procurassem obter um conhecimento racional, levando a um ponto satisfatório.

Lindblom (1959; 1979) incorporou outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas além da racionalidade. Aspectos como relações de poder e a diferenciação e integração entre as fases do processo decisório ganharam importância. Por último, Easton (1965) afirmou que existe uma relação entre a formulação, os resultados e o ambiente de uma política, formando um sistema. Ou seja, fatores como partidos, mídia e grupos de interesse influenciam em seus resultados e efeitos. (SOUSA, 2006)

Nesse contexto, as Políticas Públicas, que têm como pilar o esporte, são grandes aliadas do Governo no quesito estímulo à prática pela população. Ao longo dos anos pesquisas científicas comprovaram a eficácia da prática esportiva na melhoria da saúde,

além de gerar um alívio do estresse mental e psicológico do cotidiano. Também são observados efeitos positivos em aspectos sociais, à medida que os esportes possibilitam o conhecimento de novas pessoas e lugares, além de permitir o estreitamento das relações entre as pessoas que realizam esportes coletivos, seja vôlei, basquete, handebol, ou futebol. (PAGANELLA, 2005)

A inserção do esporte educacional no contra-turno escolar começou a ganhar visibilidade a partir da década de 1980. Nesse período, surgiram projetos que visavam à adoção do período integral em escolas públicas brasileiras. Na virada do século, tais projetos tiveram um crescimento significativo. A adoção do período integral pode ser justificada de diversas formas: (a) alcance de melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, por conta da rotina imposta; (b) adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) mudança na concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

Quando realizado de forma correta, o período integral interfere de maneira positiva no bem-estar das crianças, na melhoria da função socializadora das escolas e atende as necessidades do Estado e da sociedade. Porém, quando o projeto não é bem elaborado, a jornada integral pode ter um efeito contrário. Como exemplo, temos o caso dos “CIEPs” (Centros Integrados de Educação Pública) da cidade do Rio de Janeiro, que devido à falta de atividades diversificadas, suas escolas foram vistas de maneira negativa pela sociedade e, conseqüentemente, houve um esvaziamento das mesmas. (CAVALIERE, 2007)

No âmbito federal, o *Programa Segundo Tempo* prevê para depois das aulas regulares a prática de uma modalidade esportiva, acompanhada de palestras educativas, reforço escolar e alimentação. A Constituição Federal, mais precisamente o inciso II do parágrafo único do art. 87, afirma que o Estado tem o dever de fomentar práticas desportivas direcionadas à população, considerando a destinação de recursos para a promoção prioritária do desporto educacional. O esporte é considerado um “meio eficiente de promoção do bem estar físico, da saúde, de inclusão social e de desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes”.

*“Art. 1º - Instituir o Projeto Segundo Tempo, iniciativa governamental de fomento a prática esportiva, de natureza*

*sócio-educacional, em benefício de estudantes de estabelecimentos de ensino público do Brasil”.*

*“Art. 2º - O Projeto Segundo Tempo será executado por meio de atividades esportivas no contra-turno escolar, como fator de contribuição para o desenvolvimento da escola em tempo integral”.*

Deste modo, na Política analisada, a possibilidade do atingimento dos objetivos desejados se deu pela parceria realizada entre o ME e o MEC. A combinação de Programas dos referidos Ministérios amplia as possibilidades de práticas esportivas, à medida que não é obrigatório que a Escola disponha de infraestrutura esportiva, já que o PME pode ocorrer em espaços alternativos próximos à Escola (ginásios e praças). Além disso, não é necessário que o PST ofereça o reforço alimentar, uma vez que o MEC já disponibiliza a merenda escolar para que os alunos permaneçam na Escola em tempo integral. Vale salientar ainda que, a parceria possibilita a execução do programa diretamente pela Escola, não havendo a necessidade de formalização de convênio.

A formalização do convênio ocorre no PST Padrão. Isto é, os convenentes (órgão ou entidade da administração pública, direta e indireta, de qualquer esfera de governo) devem apresentar, em forma de projeto, um planejamento das atividades que serão realizadas em um determinado período, seguindo as diretrizes do PST. A partir disso, a instituição proponente (prefeitura local, por exemplo) deve entrar com uma contrapartida, sendo responsável pela gestão das ações, dos recursos repassados, bem como da prestação de contas.

Quanto ao Esporte na Escola, este é colocado como uma ação formativa do pacote escolar, isto é, atua em harmonia com a proposta pedagógica escolar. Desta forma, é importante salientar que, mesmo havendo atividades no contra-turno escolar, o Esporte na Escola não pode substituir as aulas curriculares de Educação Física.

Enfim, por mais que se assemelhem, os propósitos são distintos na origem das ações. A função das aulas de Educação Física é a informação e formação acadêmica dos alunos, estando as aulas, assim, vinculadas às demais áreas do conhecimento que integram o sistema. Já as atividades desenvolvidas no PST na Escola tem como função a

disponibilização de um espaço adicional a esse processo formativo, porém sem a função de substituí-lo. Todavia, de acordo com o livro *Fundamentos Pedagógicos do PST*, os alunos participantes das atividades esportivas realizadas no PST podem apresentar uma melhora significativa na absorção dos conhecimentos trabalhados na disciplina da Educação Física, da mesma forma que podem ampliar as vivências em outras ações culturais, como artes, dança, cultura geral e processo inclusivo.

### 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo de imersão teve como principal fonte de pesquisas o método etnográfico. Este método consiste na análise descritiva das sociedades, buscando compreender e descrever uma cultura ou os aspectos de uma cultura. No caso do PST, as áreas de interesse foram as comunidades que se encontram em vulnerabilidade social, áreas mais carentes da sociedade.

A pesquisa de campo foi baseada na observação participante, onde, de acordo com Becker (1994), o observador é inserido na organização analisada e analisa o comportamento das pessoas da mesma. O pesquisador é guiado por uma pergunta que define o objetivo de tal pesquisa. O acompanhamento das atividades ocorreu em um departamento do ME, o DEDAP, e a pergunta norteadora foi a seguinte: “*Em que medida o programa Segundo Tempo tem contribuído para a promoção da inclusão social de crianças e adolescentes?*”. Para responder tal pergunta, técnicas como entrevistas, conversas informais e análise documental foram instrumentos valiosos, além de serem essenciais na compreensão do funcionamento da organização e, mais precisamente, da política pública escolhida.

A entrevista foi realizada com três servidores da Coordenação-Geral de Integração de Políticas e Programas. Ribeiro (2008 p.141) trata a entrevista como:

“A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores”.

A *entrevista informal* é menos estruturada e se distingue da simples conversação pelo fato de ter como meta a coleta de dados. É muito utilizada em estudos exploratórios, onde o pesquisador aborda uma realidade pouco conhecida por ele, de forma a oferecer uma visão aproximativa do problema pesquisado. No processo de imersão essa técnica foi bastante utilizada, sendo que essa foi uma das principais formas de coletar dados realmente importantes para a construção do relatório em questão.

A pesquisa documental foi subsidiada por materiais que o DEDAP disponibilizou. Os documentos foram os seguintes: livro e DVD “Fundamentos



Pedagógicos do PST”, “Caderno de Apoio Pedagógico do PST”, Manual de Orientações “Esporte na Escola” e Informativo “Esporte na Escola –ME”. O Kit Pedagógico (DVD, livro e caderno) é distribuído às escolas participantes do programa. Ele procura orientar, por meio de um embasamento teórico, a escola e os monitores no desenvolvimento das atividades. Seu principal objetivo é ilustrado no livro de *Fundamentos Pedagógicos do PST*, mais precisamente no trecho a seguir:

“Com a publicação deste livro, deflagra-se o 2º Ciclo de capacitação do PST, que tem por objetivos qualificar o trabalho desenvolvido pelos profissionais da área nos NEE (Núcleos de Esporte Educacional) e consolidar a proposta pedagógica construída a muitas mãos pelos professores que constituem as Equipes Colaboradoras do Programa. É uma proposta emancipadora e dialógica, que tem na criança, no adolescente e no jovem os sujeitos do processo no qual o esporte é o meio para a sua humanização, na busca da autonomia e do protagonismo na condução de suas vidas.” [P. 18].

O Manual de Orientações e o Informativo procuram orientar às escolas que têm o interesse de aderir ao programa. São abordados assuntos como: os benefícios da prática esportiva na formação de crianças e jovens que se encontram em áreas de vulnerabilidade social; a diferença entre o PST padrão e o Programa Esporte na Escola; a parceria entre o ME e o MEC; e a divisão dos atores (gestor, coordenador, monitor, facilitador) e suas respectivas responsabilidades.

Por fim, os dados coletados no período de imersão foram examinados de acordo com o método de análise de conteúdo. Esta permite que o pesquisador interprete as entrevistas, as conversas informais e os depoimentos coletados. Portanto, a análise de conteúdo é de suma importância na construção do relatório, proporcionando a investigação de dimensões menos aparentes.

## 4 – DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA PÚBLICA

A sociedade contemporânea passa por um momento contraditório: à medida que avanços da economia, saúde, habitação, trabalho e educação propiciam melhoria da tecnologia e da ciência, assim como o aumento da expectativa/qualidade de vida, não se pode deixar de considerar o contraste social vivido por uma parcela importante da população, parcela esta que se encontra em constante contato com indicadores sociais que colocam em risco o bom desenvolvimento do ser humano.

Cada sociedade gera formas de desigualdades específicas, que são os resultados de como essas sociedades se organizam. As desigualdades se manifestam de um modo diferente no Brasil, nos Estados Unidos, na Índia, nas Filipinas ou na África do Sul. As desigualdades assumem feições distintas porque são constituídas a partir de um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios de cada tipo de organização social. [TOMAZI, 1993, p.85].

O governo e a sociedade civil, diante das desigualdades sociais, têm direcionado esforços no sentido de oferecer caminhos razoáveis para equacionar as demandas que se apresentam, considerando que os

projetos sociais nascem do desejo de mudar uma realidade. Os projetos são pontes entre o desejo e a realidade. São ações estruturantes e intencionais, de um grupo ou organização social, que partem da reflexão e do diagnóstico sobre determinada problemática e buscam contribuir, em alguma medida, para outro mundo possível. [STEPHANOU; MULLER; CARVALHO, 2003, p.1]

Dessa forma, o Ministério do Esporte coordena uma Política de Estado centrada no esporte, na qual assume o papel de “proponente, formulador e articulador, responsabilizando-se pela realização de Programas que respondem às demandas sociais geradas num momento histórico de garantia e de ampliação do conjunto dos direitos” (BRASIL, 2005, p. 129). Os principais Programas são: *Pintando a Liberdade*, *Pintando a Cidadania*, *Esporte e Lazer na Cidade*, *Recreio nas Férias* e *Programa Segundo Tempo*. O objetivo comum de tais programas é utilizar o fenômeno esportivo em prol da redução da exposição de crianças e jovens aos riscos sociais, como violência, tráfico de drogas, carência alimentar e falta de afeto familiar.

A universalização da prática esportiva e a inclusão social constituem um dos pilares do Programa Segundo Tempo, tendo-se no esporte educacional um meio para contribuir no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

#### **4.1 – PST Padrão**

O público-alvo prioritário do Programa são crianças, adolescentes e jovens matriculados nos ensinos fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, localizados em áreas de risco social, bem como aqueles que estão fora da escola, de forma a oportunizar sua inclusão no ensino fundamental. Isto é, pode-se dizer que a prioridade são crianças e jovens de 7 a 17 anos de idade. Porém, como o PST Padrão é aberto à comunidade, o Programa acaba por atender, também, jovens que não se enquadram nesta faixa etária.

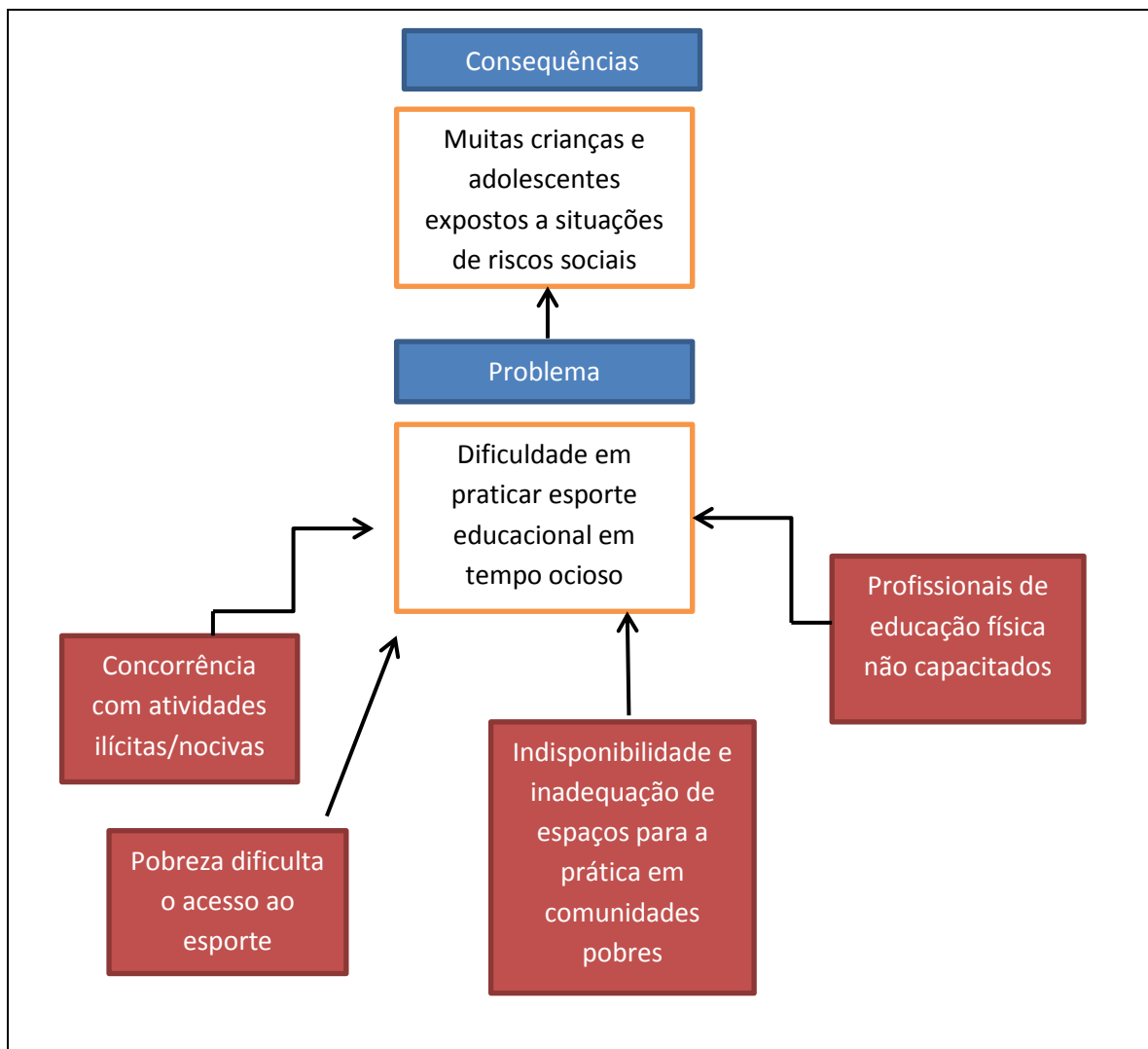
O modelo Padrão está aberto a toda comunidade por meio de associações, onde a prefeitura local indica o lugar que as atividades ocorrerão e quais pessoas participarão. Logo, não existem atores sociais pré-definidos (a prefeitura seleciona a equipe que desenvolverá a atividade) e as atividades não ocorrem necessariamente em colégios. Como exemplo, podemos citar o *NAVEGAR*, que ocorre em cidades do litoral e consiste em atividades que envolvem o mar. Portanto, as atividades variam de cidade para cidade.

##### **4.1.1 - Espaço disponível para a realização das atividades**

Desde a criação do Programa Segundo Tempo (PST) em 2003, o Ministério do Esporte (ME) busca integrar a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas Escolas. Porém, como a maioria das escolas é utilizada nos dois turnos escolares, o PST Padrão teve que ser direcionado para espaços da própria comunidade (clubes, ginásios das prefeituras, quadras de rua).

Na ilustração a seguir, percebemos que muitas variáveis podem inviabilizar o desenvolvimento do esporte educacional. A insuficiência de espaços esportivos em comunidades pobres e a infraestrutura precária das quadras e ginásios públicos disponíveis (ausência de água, sanitários e vestiários), a falta de capacitação dos

profissionais de educação física e a concorrência com atividades ilícitas dificultam a prática do esporte e, conseqüentemente, o êxito na implantação do Programa.



A necessidade de investimento nos locais onde seriam realizadas as atividades resultou na criação dos Núcleos de Esporte Educacional (NEE). Dessa forma, o funcionamento e estabelecimento do Programa passaram a ocorrer de forma descentralizada, isto é, cada município possui núcleos que são responsáveis pela execução do Programa. Todo esse processo acontece por meio de convênios realizados com o ME.

Portanto, o processo de implantação de um novo núcleo (ou de um novo conjunto de núcleos) tem início à medida que uma entidade estabelece convênio com o

ME. Esta entidade pode ser um município, um estado ou uma organização não-governamental. É de suma importância a implantação do Programa em áreas de vulnerabilidade social e, para que isso ocorra, a entidade deverá provar que a comunidade em questão apresenta tais características.

## 4.2 – Esporte na Escola

O Programa pretende viabilizar a oferta do Esporte Educacional no contexto escolar, integrando-o ao projeto pedagógico da Escola, na perspectiva da educação em tempo integral. A adesão ocorre pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) do MEC. No ano de 2013 o Esporte na Escola terá como prioridade o desenvolvimento do Atletismo.

A Escola que aderir ao Esporte na Escola e já possuir o PST padrão poderá manter as duas ações. Porém, as crianças que serão atendidas não poderão ser as mesmas. Lembrando que o PST padrão está aberto a toda comunidade, e o Esporte na Escola tem como público-alvo os alunos da Escola na qual está inserido.

### 4.2.1 – Divisão de Competências

A integração de dois Ministérios amplia as possibilidades de práticas esportivas. A divisão de competências é imprescindível para o êxito do Programa, possibilitando um maior controle e a possibilidade de uma futura avaliação dos pontos falhos existentes. Dessa forma, as competências são divididas da seguinte forma:

ME	MEC
Aquisição de Kit de Materiais Esportivos;	Recurso disponibilizado pelo PDDE/FNDE para compra de materiais para modalidades específicas, como Natação, judô, Capoeira, Atletismo, etc.
Produção Técnica e editoração do Material Pedagógico – Livro dos Fundamentos do Programa e Caderno de Apoio Pedagógico;	Impressão do material didático-pedagógico e distribuição dos materiais esportivos e didáticos pedagógicos;

Orientação aos Monitores, Gestores Estaduais/Municipais sobre o PST na Escola e Acompanhamento pedagógico do projeto.	Mecanismo de Transferência dos recursos para as Escolas, inclusive para o Monitor do Macrocampo Esporte e Lazer, que desenvolve o Esporte na Escola.
---	--

#### 4.2.2 – Atores e Responsabilidades

O processo de adesão é realizado pela Escola por meio do Sistema de Monitoramento Execução e Controle do MEC (SIMEC), disponível no site do ME, e no prazo determinado por ele. O ME participa de reuniões, capacitações, encontros e seminários promovidos pelo MEC e pelos Comitês do PME. Nestes encontros, o ME oferece aos Gestores, orientações e esclarecimento sobre o PST na Escola.

Os atores do Esporte na Escola são divididos da seguinte forma:

	<b>Característica</b>	<b>Atribuições relativas à adesão</b>	<b>Atribuições durante e após a adesão</b>
<b>Escola/ Gestor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escola da rede pública/Diretor atual da Escola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar o cadastro do Diretor, Escolas e Monitor no sistema do Esporte na Escola;</li> <li>• Realizar o processo seletivo do monitor; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Receber os materiais esportivos e pedagógicos.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilizar o espaço físico para a realização das atividades;</li> <li>• Disponibilizar os materiais esportivos e pedagógicos para o monitor;</li> <li>• Supervisionar o desenvolvimento do PST na Escola.</li> </ul>
<b>Coordenador Municipal/ Estadual</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoa responsável pelo PME na Secretaria Municipal ou Estadual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar o seu cadastro e do Facilitador no Sistema do Esporte na Escola;</li> <li>• Realizar a mediação entre o ME e as Escolas que aderiram ao Esporte na Escola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar dos encontros regionais promovidos pelo ME e multiplicar para todos os Gestores locais;</li> <li>• Gerenciar a execução das atividades locais com vistas ao efetivo atendimento dos alunos;</li> </ul>

<b>Facilitador</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Coordenador Municipal/ Estadual do PME ou Pessoa indicada pelo Coordenador Municipal/Estadual do PME.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir na efetivação do cadastro dos Monitores de sua região: nome, CPF e email;</li> <li>• Contribuir na seleção dos Monitores;</li> <li>• Orientar à Escola sobre as ações do programa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar as ações realizadas nas Escolas;</li> <li>• Ser o interlocutor entre a Escola-Monitor e ME; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar das videoconferências e do curso de orientação e ambientação da Plataforma EaD;</li> </ul> </li> <li>• Viabilizar local e/ou equipamento para a realização das videoconferências;</li> <li>• Informar ao ME sobre a inviabilidade de realização das videoconferências;</li> <li>• Orientar os Monitores no acesso à plataforma EaD.</li> </ul>
<b>MONITOR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preferencialmente pessoa com ou em formação acadêmica na área de Educação Física e/ou Esportes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar de processo seletivo;</li> <li>• Contribuir com o processo de cadastramento no sistema do PST.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar as atividades pedagógicas cumprindo a carga horária prevista; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar das capacitações do ME;</li> </ul> </li> <li>• Realizar a avaliação dos beneficiados.</li> </ul>

### 4.3 – Impacto Social esperado

Como já foi dito anteriormente, o pilar do PST é a redução da quantidade de crianças e adolescentes expostos a situações de risco social. E, para que isso fosse possível, o ME e o MEC integraram suas Políticas Públicas, de forma a visar à prática regular de esporte educacional no tempo ocioso de tais crianças.

De acordo com *Caderno de Apoio Pedagógico do PST*, o Programa valoriza as vivências e as possibilidades motoras dos alunos envolvidos, isto é, possibilita a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras dos participantes. Viabiliza, também, o desenvolvimento de valores sociais, a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social, saúde...), a diminuição da exposição aos riscos sociais e a conscientização da importância da prática esportiva.

#### 4.4 – Sociedade

Um grande desafio para os gestores do PST é localizar as áreas de risco social para orientar a atuação do programa e dimensionar seu público-alvo. Esse processo exige muita pesquisa. Logo, os parceiros que possuem interesse em serem conveniados precisam apresentar evidências que comprovem estarem implantando núcleos do PST em áreas de risco social.

Um importante ponto a ser considerado é a opinião dos moradores dessas áreas em que o Programa é adotado. Numa pesquisa realizada por Leandro Dias Gomes, os entrevistados apresentaram vários pontos de vista a respeito do Programa. O PST muitas vezes é visto como uma forma de domesticação da classe trabalhadora, promovendo a paz entre Estado e sociedade. Também é tido como uma política compensatória, buscando o alívio da pobreza. Ou seja, é uma forma de maquiagem das desigualdades discrepantes entre as classes sociais.

Entretanto, uma parcela dos entrevistados acredita que o esporte seja benéfico para a sociedade. Acreditam que ele pode contribuir na prevenção de doenças causadas pela obesidade e sedentarismo, além de influenciar positivamente na educação dos jovens participantes do projeto.

Um exemplo de sucesso do Programa aconteceu com a atleta Jéssica Andrade. Aos 19 anos de idade ela começou a frequentar aulas de Judô do PST e, após se destacar nas aulas, ela passou a treinar Jiu-Jitsu, Boxe e Muay Thai. Apenas dois anos depois, tornou-se uma atleta de expressão internacional como lutadora de *Mixed Martial Arts* (MMA). Seu cartel possui 11 lutas, sendo que em nove a atleta saiu vitoriosa, destacando-se entre os brasileiros na categoria Galo (até 61 kg). A lutadora está cotada para assinar com o *Ultimate Fight Championship* (UFC), o maior evento do MMA mundial.

#### 4.5 – Resultados da Entrevista

No que se relaciona às entrevistas procedidas no decorrer da residência, as mesmas se limitaram a constatar aspectos relacionados ao PST, mais especificamente ao alcance do objetivo principal (diminuir a exposição dos jovens aos riscos sociais), a



existência de controle de frequência dos alunos, a continuidade do programa, o atendimento e a qualificação à distância dos monitores, sendo que este último aspecto foi o que mereceu mais ênfase sob a ótica dos entrevistados.

Quanto ao alcance, de acordo com os entrevistados, o PST tem se constituído como uma ação indispensável ao processo de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens. A utilização do “esporte educacional” tem atraído e mantido os participantes do Programa em ações integrativas e socializantes com vistas à cidadania.

Outro aspecto importante que surgiu foi o que envolve o problema apresentado na qualificação à distância, de acordo com o ponto de vista dos entrevistados. Dificuldades têm sido apresentadas na operacionalização do sistema de qualificação à distância, impossibilitando o ótimo treinamento e transmissão dos procedimentos e técnicas de ensino.

Considerando esse posicionamento dos entrevistados, depreende-se a necessidade de organizar e planejar, da forma mais adequada possível, as ações com vistas à qualificação de todos os recursos humanos (gestores, professores e monitores) dos convênios, de forma descentralizada e permanente, para que com isso se torne possível potencializar e qualificar a abrangência do Programa Segundo Tempo em todas as suas vertentes.

## **4.6 – Deficiências do Programa**

### **4.6.1 – Capacitação dos Monitores**

Em 2007, a graduação em Educação Física ou Esporte passou a ser obrigatória aos profissionais que coordenam os NEE's. Essa exigência também foi extensiva aos monitores das atividades. No PST Padrão é realizado um processo seletivo para a contratação desses monitores, onde os mesmos devem cumprir uma carga horária de vinte horas semanais para o recebimento de um salário no valor de 600 reais. Já no Esporte na Escola os monitores são voluntários e não é exigida nenhuma formação. Um estudante de Educação Física, por exemplo, pode ministrar as aulas. Eles recebem uma bolsa auxílio de 300 reais.

Nesse contexto, surgem vários pontos falhos: *O valor do salário/bolsa auxílio é suficiente para contratar monitores capacitados? Como monitores sem nenhuma formação podem ser responsáveis pela realização de atividades físicas? Como funciona o treinamento de tais monitores?*

O salário/bolsa auxílio é um fator que deve ser revisado no Programa, considerando que o valor é inferior ao salário mínimo brasileiro. Esse fato é muito abordado na pesquisa realizada por Leandro Dias Gomes. Nela, os envolvidos no projeto afirmam que os estagiários acabam ministrando as aulas no lugar dos monitores, sendo uma opção mais rentável, já que a mão-de-obra é muito mais barata.

Os monitores do Esporte na Escola, teoricamente, devem participar dos Cursos de Capacitação à Distância (EaD), realizados pelo Moodle. Porém, de acordo com os gestores da organização, muitas variáveis impedem a realização desses cursos, como falta de qualificação técnica dos que necessitam operar o sistema, o esquecimento ou a falta de informações a respeito do curso, onde alguns monitores simplesmente não sabem que a participação nos cursos é necessária. Portanto, observa-se que muitos dos monitores não estão capacitados a ministrar as atividades esportivas, pelo fato de até então não terem tido contato com a atividade.

#### **4.6.2 – Controle da realização das atividades**

De acordo com o material disponível no livro *Fundamentos Pedagógicos do PST*, uma rede de Universidades, as chamadas “Equipes Colaboradoras” (EC), viabilizada pela parceria estabelecida com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizam um acompanhamento pedagógico e administrativo dos convênios do PST. O acompanhamento ocorre por meio de visitas de avaliação *in loco*, capacitações EaD e assessoria aos profissionais dos núcleos do PST na construção de suas propostas pedagógicas de forma a atender às Diretrizes do Programa.

Todavia, essas visitas não costumam ocorrer com frequência. Consequentemente, não há um controle da realização das atividades, isto é, os gestores não desenvolveram um método para verificar quando as atividades começaram e quando acabaram, nem tampouco se tiveram início.

## 4.7 – Possíveis Soluções

Durante a pesquisa de campo foram observados alguns aspectos na execução do Programa que deixam muito a desejar. A formação superior em Educação Física ou Esporte não deve ser uma exigência apenas do PST Padrão, o Esporte na Escola também deveria requerer tal medida. Outro ponto é a realização das visitas *in loco*. Se estas não são realizadas com frequência, não há como controlar a realização das atividades. Portanto, para saber se os objetivos do Programa estão sendo alcançados, as visitas devem ser priorizadas.

Porém, a pior incoerência do Programa é o salário dos monitores. Um educador físico ganha em média \$2,500 por mês, ou seja, é o equivalente a mais de 400% do salário do monitor. A questão salarial pode explicar o problema da falta de capacitação dos monitores. Para que estes sejam capacitados a ponto de conseguir desenvolver as atividades propostas e obter os resultados esperados, é essencial que sejam bem remunerados. A insatisfação e desmotivação dos funcionários afeta a eficácia do programa.

No texto “Mal-estar no Trabalho: Análise da Cultura Organizacional de um Contexto Bancário Brasileiro”, Mário César Ferreira e Juliana Seidl dividem o conceito de bem-estar no trabalho em três componentes: satisfação, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo. A satisfação no trabalho é o estado emocional de prazer, resultante de experiências de trabalho. Ações orientadas à prevenção, promoção e intervenção em afazeres voltados à saúde mental no trabalho maximizam sensações de prazer relacionadas aos afazeres. O equilíbrio entre questões de ordem biológica, social e psicológica também favorecem o bem-estar no trabalho.

O envolvimento é o quanto o desempenho de uma pessoa no trabalho afeta a sua autoestima, representa o vínculo do indivíduo com seu trabalho. O comprometimento organizacional afetivo representa a identificação do indivíduo com os objetivos da organização, fazendo com que ele queira manter-se afiliado a ela para realizar tais objetivos.

O sofrimento psíquico é gerado por conta da pressão em busca do lucro, da eficácia, da competição e da manutenção do emprego. O trabalho deixa de ser motivo de prazer, bem-estar, satisfação e passa a ser lugar de dor, sofrimento, estresse negativo,

fadiga, *burnout* (esgotamento) e cansaço. É necessária energia física e mental para manter o desempenho.

Assim sendo, o salário do monitor deve ser levado em consideração. Quando o mesmo está envolvido na atividade, quando está motivado, empenhado e possui uma relação de afeto com o Programa, os resultados são positivos. Conseqüentemente, as metas do PST serão alcançadas e a sua eficácia será comprovada.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação em atividades esportivas educacionais possibilita o desenvolvimento pessoal (desenvolvimento de habilidades, capacidade motora e de socialização) as mudanças de comportamento e o respeito ao próximo. Ou seja, é uma forma de construção da ética. Além de reduzir a quantidade de jovens expostos a problemas como drogas, violência e abandono familiar. Portanto a prática ocupa o tempo ocioso e, conseqüentemente, reduz conflitos sociais.

Compreendendo a importância do esporte no desenvolvimento social, em 2003 o Ministério do Esporte criou o Programa Segundo Tempo. Em 2009, visando um alcance maior de crianças e adolescentes expostos a riscos sociais, o ME fechou uma parceria com o Ministério da Educação. Escolas que até então participavam do Programa Mais Educação, aderiram ao PST na Escola. Já no ano de 2013, este passa a ser chamado de Esporte na Escola.

No quadro a seguir, encontram-se as principais diferenças entre as duas versões dos PST:

<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PADRÃO</b>	<b>ESPORTE NA ESCOLA</b>
<b>Quadro de Pessoal (Responsáveis pela estruturação e atividades)</b>	Profissional de Educação Física e/ou Esportes, Coordenador Geral, Coordenador Pedagógico, Setoriais e Monitores	Monitor (igual aos demais Macrocampos do Programa Mais Educação) *Orientação: preferencialmente, da área de Educação Física e/ou Esportes
<b>Carga horária do responsável pelas atividades</b>	20h/semana	Varia conforme a quantidade de turmas assumidas pelo monitor (turmas de 30 alunos) e a forma de organização da escola
<b>Fonte dos Recursos</b>	Recurso repassado pelo ME ao Convênio para pagamento dos Professores/Monitores	Recurso repassado pelo PDDE/FNDE à Escola (Igual aos demais Monitores dos Macrocampos do Mais Educação)
<b>Atividades desenvolvidas</b>	Múltiplas vivências de	Múltiplas vivências de

	esporte educacional (incluindo modalidades esportivas coletivas e individuais) e atividades complementares, organizadas pelos projetos pedagógicos	Esporte Educacional Utilização dos Cadernos de Apoio Pedagógico, que apresentam atividades lúdicas de jogos
<b>Material esportivo</b>	Kit de material esportivo	Kit de material esportivo e Kit de material esportivo específico para o Atletismo
<b>Forma de Participação</b>	Convênio	Adesão/SIMEC

O principal objetivo do processo de imersão era responder à pergunta norteadora: “*Em que medida o programa Segundo Tempo tem contribuído para a promoção da inclusão social de crianças e adolescentes?*”. Nesse caso, o resultado almejado é democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Isto é, reduzir a quantidade de jovens expostos aos riscos sociais.

Dessa forma, conforme dados existentes e a percepção geral dos beneficiados, de fato o programa diminuiu a exposição dos jovens aos riscos sociais. Há uma influência positiva do programa aos beneficiários. No caso do Esporte na Escola, as faltas podem levar à reprovação, uma vez que as atividades estão atreladas às atividades da disciplina de Educação Física. Mesmo no Programa PST Padrão, há controle de frequência, mas o controle não acarreta reprovação. Sendo assim, é comprovada a participação dos alunos nas atividades e há um controle das faltas, isto é, os moradores de áreas carentes estão realizando as atividades e, conseqüentemente, estão reduzindo o contato com produtos nocivos e com a violência.

Devem ser reconsiderados os salários dos monitores, evitando a desmotivação e o baixo desempenho dos mesmos; a forma de implantação dos cursos EaD, já que grande parte dos monitores não realizam os cursos disponíveis; as visitas de avaliação *in loco* realizadas pelas Equipes Colaboradoras devem ocorrer com maior frequência; e a formação dos monitores deve ser cobrada, preferencialmente em áreas relacionadas ao esporte, como Educação Física.

O esporte é e deve ser considerado um importante instrumento no processo educacional de toda a sociedade. Além de possibilitar o desenvolvimento de valores sociais, a socialização e a melhoria da qualidade de vida do indivíduo. A criação de Políticas Públicas, como o PST, só reforçam essa ideia. Assim sendo, concluo o relatório com o seguinte pensamento:

*“educar é por o sujeito em relação com o mundo e com a representação simbólica desta, ou seja, com a produção do conhecimento, não havendo a separação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Essa atitude garante que o educando se aproprie de maneira ativa, reconhecendo os condicionantes históricos e vislumbrando a possibilidade de uma nova síntese, de uma nova realidade, reafirmando, dessa forma, que como produtor da cultura o homem cria e recria o mundo.”*  
(NÓBREGA, 2005, p. 73).

## REFERÊNCIAS

BECKER, H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL, Resolução nº 5: Política Nacional do Esporte. Brasília: Diário Oficial da União, n. 157, 2005.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1015 – 1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>

FERES JUNIOR, Nazir; BRITTO JUNIOR, Álvaro F. de. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência, Araxá*, v. 7, n. 7, p. 237-250, 201.

FERREIRA, M.C., SEIDL, J. Mal-estar no trabalho: Análise da Cultura Organizacional de um contexto bancário brasileiro. *Psic: Teor. E Pesq.*, Brasília, abr-jun 2009, vol. 25n.2, p. 245-254.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, nº21, jun de 2000, p. 1-50. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>

GOMES, Leandro Dias. A outra face do Programa Segundo Tempo. As políticas esportivas de Luiz Inácio Lula da Silva com o advento do neoliberalismo. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd142/as-politicas-esportivas-de-luiz-inacio-lula-da-silva.htm>

MARQUES, Alexandre Carriconde. et al. Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. *Maringá: Eduem, 2009*, Maringá – PR.

MINISTÉRIO DO ESPORTE; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Caderno de Apoio Pedagógico do Programa Segundo Tempo: Repertório de Atividades para a Iniciação Esportiva, 2013.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Informativo Esporte na Escola, 2013.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Manual de Orientações Esporte na Escola, 2013.



PAGANELLA, Marco Aurélio. O esporte como direito fundamental e como instrumento de políticas públicas, sociais e educacionais à luz do Direito brasileiro.

Site do Ministério do Esporte. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/default.jsp>

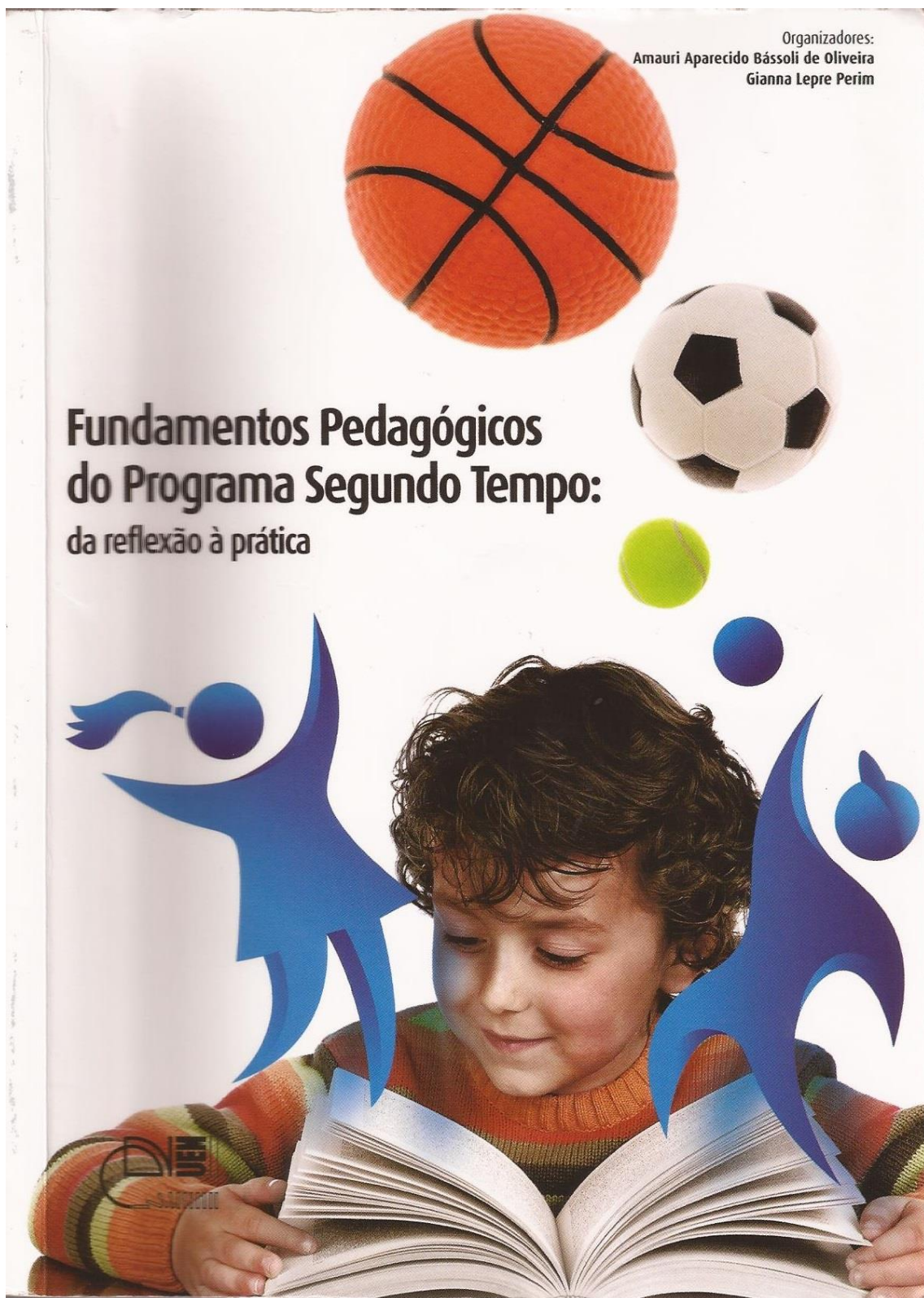
SOUSA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2)

UMUARAMA ILUSTRADO: O Grande Jornal do Noroeste do Paraná. Disponível em: <http://www.ilustrado.com.br/jornal/ExibeNoticia.aspx?Not=%25E2%2580%259CN%25C3%25A3o%2520imaginava%2520que%2520pudesse%2520chegar%2520onde%2520cheguei.%2520Agora%2520eu%2520quero%2520mais%21%25E2%2580%259D&NotID=40573>

## ANEXOS

Organizadores:  
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira  
Gianna Lepre Perim

# Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática



## **CADERNO DE APOIO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO**

**Repertório de Atividades para a Iniciação Esportiva:** Movimentações e Habilidades; Aplicação em Jogos; Jogos de Invasão; Jogos de Rede e de Parede; e Jogos de Bater e Lançar.

